

Arquiteto quer revisão

Estudo mostra o que deve ser preservado como

urgente do Plano Piloto

patrimônio cultural e o que deve ser corrigido

Brasília não é dos seus idealizadores, nem daqueles que, vindo de outras regiões para administrá-la, trazem consigo a imagem da cidade monumental, esquecendo-se que a capital do País já tem uma população com raízes, constituída da primeira geração de brasilienses, daqueles que participaram da construção ou aqui chegaram com sua inauguração. A advertência é do professor José Carlos Córdova Coutinho, do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília e ex-presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB/DF).

Ele defende a urgente revisão do Plano Piloto de Brasília — cautelosamente já admitida por seu próprio criador, Lúcio Costa — de forma a proporcionar a ocupação racional dos espaços vazios com destinações específicas e promover um maior adensamento na ocupação do solo. Isso, no entanto, segundo o arquiteto, terá que ser feito com cuidado para evitar alterações que descaracterizem o plano original de Lúcio Costa e a própria cidade, cuja concepção arquitetônica e urbanística representa o primeiro resultado concreto, em escala mundial, da arquitetura moderna.

Para estabelecer de forma clara e inequívoca o que deve ser preservado tanto como patrimônio cultural, não só do Brasil mas de todo o mundo, quanto por suas características que a diferem de todas as outras cidades, sob a ótica da arquitetura e da comunidade, um grupo de especialistas do Ministério da Cultura, apoiado pelo UnB e pelo Governo do Distrito Federal, há quatro anos vem reunindo, subsídios. Eles serão úteis na formulação de uma política global de preservação e de correção das anomalias tanto no plano original, reveladas com o crescimento populacional, quanto aquelas surgidas das soluções emergenciais, adotadas por governantes não identificados com as reais necessidades da cidade e de seus habitantes.

ABRANGÊNCIA

A síntese desses quatro anos de pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Trabalho para preservação do patrimônio histórico e cultural de Brasília sob a coordenação da arquiteta Briane Panitz Bicca, do Ministério da Cultura, em sua primeira parte, acaba de ficar pronta e abrange desde a memória de Brasília, que remonta a fins do século 17, até um completo estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal, passando por uma criteriosa sondagem à população sobre seus anseios e sua interação com a cidade.

Partindo do princípio de que as características fundamentais de Brasília, aquelas que a tornam única no mundo e representam um marco da moderna arquitetura, devem ser manti-

das, o estudo mostrou, entretanto, que é viável o adensamento populacional do Plano Piloto. Segundo Briane Bicca, essa seria até mesmo uma forma de dar mais vida a Brasília, minimizando a "falta de calor humano" apregoada insistentemente e realmente identificada nas pesquisas.

A arquiteta chama a atenção, entretanto, para o cuidado que se deve ter na promoção desse adensamento, para o qual devem ser buscadas soluções novas, evitando-se repetir aquelas adotadas por Lúcio Costa na formulação do seu plano original. Para ela, a construção de superquadras em locais onde não foram previstas no plano original — como nas proximidades da Vila Planalto, ou acima do Memorial JK, como pretende Lúcio Costa — representaria uma descaracterização da cidade. "As superquadras representam uma época, hoje superada, na arquitetura".

PRESERVAÇÃO

Ao dissecar Brasília (Plano Piloto), revelando aspectos distintos como sua paisagem, malha viária, a própria silhueta da cidade, iluminação, equipamentos urbanos e a interação do indivíduo com o meio em que vive ou trabalha, o estudo estabelece uma área de interesse para preservação que abrange todo o Plano Piloto de Lúcio Costa e suas adjacências. Dentro desta, estabeleceu-se uma área de interesse especial, onde se concentram os aspectos mais importantes da capital.

O trabalho coincide em vários pontos com as idéias esboçadas no ano passado por Lúcio Costa a pedido do Governo do Distrito Federal, apesar de não se aprofundar em sugestões concretas de revisão, limitando-se a identificar os pontos de estrangulamento, como, por exemplo, a inexistência de um centro urbano, os impasses oferecidos pela malha viária que privilegia os veículos em detrimento dos pedestres e favorece as altas velocidades.

Briane Bicca defende a criação de um plano diretor para Brasília, no qual sejam contempladas normas para ocupação do solo e para edificações e a participação comunitária nas

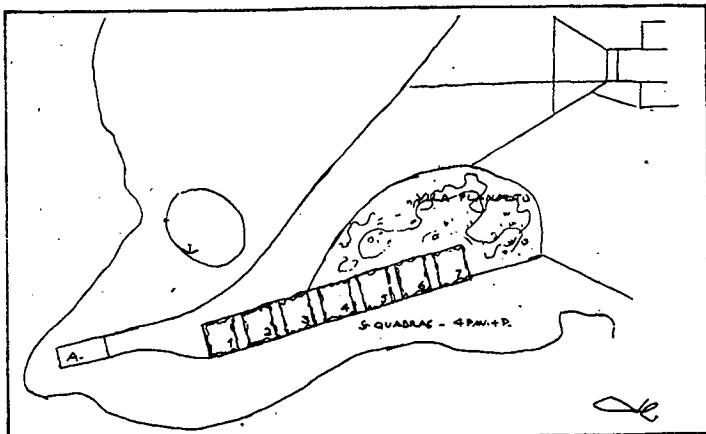
decisões que envolvem o gerenciamento do desenvolvimento da cidade. Apesar de óbvia, essa constatação foi referendada pelo grupo junto à população, através de pesquisa abrangente num universo de mil entrevistados.

PESQUISA

O trabalho foi feito junto às pessoas que nasceram em Brasília, vieram ainda crianças, ou antes de 1960, consideradas aquelas que teriam raízes mais profundas com a cidade. Uma das questões colocadas na pesquisa indagava as razões do entrevistado para gostar de Brasília, oferecendo várias alternativas. A grande maioria, disse ter pelo menos um motivo para gostar da cidade, com índices em torno de 60 por cento. Apenas um item teve pouco votação: a alternativa "Gosto de Brasília por causa dos vizinhos", com apenas 31,7 por cento.

A pesquisa revelou, também, que muitos brasilienses gostam da cidade por causa da sua paisagem e de sua arquitetura, mas a grande maioria reclamou do sistema viário, das grandes distâncias do transporte coletivo etc. Outro dado interessante é que o brasiliense, em sua grande maioria, tem seus próprios meios para orientar-se em Brasília, tomando como referências os pontos mais conhecidos, como a Torre de TV, a Esplanada dos Ministérios, a W-3 Sul e a Rodoviária, que vem em primeiro lugar. As vias que servem esses locais, assim como aos shopping centers e aos clubes do Lago, são as mais utilizadas e é ao longo delas que o habitante de Brasília gosta de passar suas horas de folga.

Finalmente, abordando a questão da participação comunitária no gerenciamento da cidade, o questionário pede sugestões quanto à forma dessa participação. De modo geral os entrevistados não se manifestaram favoráveis à participação da comunidade de forma indireta, isto é, através de representantes, apesar de em todas as respostas ter ficado claro o descontentamento da comunidade com a atual forma de administração.



Novas quadras, sugeridas por Lúcio Costa: desaconselháveis.

População também deve opinar

Os planos do governador José Aparecido de investir em alguns projetos audaciosos como a construção de monumentos, a exemplo do Panteão da Liberdade e da Democracia, do Gran Circo Lar, entre outros, anunciados como promissoras perspectivas para a arquitetura brasileira, não chegam a entusiasmar os arquitetos "brasilienses", nem mesmo a nível acadêmico. A preocupação com os problemas urbanísticos de Brasília vai muito além desse tipo de proposta, conforme deixa transparecer o professor José Carlos Coutinho, da Universidade de Brasília, ao pedir uma revisão completa do plano de Brasília.

Coutinho lembra que Brasília foi concebida dentro de determinados parâmetros, rígidos até certo ponto, os quais foram atropelados, com o tempo, pelo processo de desenvolvimento social, e por isso exige atualização permanente. Ele critica as medidas aleatórias tomadas em governos anteriores em função daquela pressão, notadamente a criação das cidades-satélites com seus traçados superficiais

e discutíveis antes de se completar o processo de saturação do Plano Piloto, como previa Lúcio Costa.

Na sua opinião é absolutamente imprescindível a preservação das características fundamentais de Brasília e para tanto é preciso rever os critérios e formas de pensar a cidade, evitando-se as práticas adotadas no regime anterior, marcadas pela improvisação. "A solução dos problemas urbanísticos de Brasília não pode ser encontrada apenas com os especialistas. O povo também tem que opinar, através de suas representações livres, como as associações de moradores", observou.

NOVA REPÚBLICA

O ex-presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil lamenta que ainda hoje, apesar do novo regime, mais participativo, implantado no País, ainda predomina a visão de Brasília como cidade-monumento. "Brasília é uma cidade tutelada por pessoas que, vindas de fora,

chegam aqui já com uma visão do que é melhor para a cidade, esquecendo-se de que ela não é dos seus idealizadores, mas sim do povo que aqui vive e sofre", preveniu.

O professor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da UnB observa que a preservação dos valores culturais da cidade e o zelo coletivo pelo seus monumentos nunca podem ser descuidados nem pela administração nem pela população. Contudo, as obras monumentais não podem dominar as idéias do poder público. "Infelizmente, a administração da cidade ainda é muito sensível às coisas de efeito", disse José Carlos Coutinho, identificando, no entanto, um maior esclarecimento dos atuais governantes. "Os métodos decisórios são, no entanto, muito pessoais ainda".

Para ele somente quando houver uma dinâmica política no Distrito Federal com governantes eleitos pelo povo será possível estabelecer uma estrutura moderna de participação comunitária no gerenciamento do desenvolvimento de Brasília.